

Ano XX nº 5548 – 10 abril de 2017

A CEE/Caixa solicitou recálculo da PLR com base no lucro líquido recorrente

A Comissão Executiva dos Empregados da Caixa quer que o banco reveja os valores da segunda parcela da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), paga no último dia 31, e faça uma nova distribuição com base no lucro recorrente, que foi de R\$ 4,967 bilhões.

A reivindicação foi feita durante a segunda reunião da mesa permanente de 2017, ocorrida na sexta-feira (07/04), em Brasília. Segundo o presidente do banco, Gilberto Occhi, a instituição obteve lucro líquido de R\$ 4,1 bilhões em 2016, queda de 41,8% em relação a 2015. Em setembro passado, no entanto, foi projetado lucro anual de R\$ 6,7 bilhões, que serviu de base para calcular a antecipação da PLR.

Para a Comissão, o lucro menor do que o esperado não tem relação com o resultado operacional da empresa que, na comparação com 2015, subiu cerca de 271%. Por isso, a reivindicação pela revisão do valor da PLR. Assim pode ser ampliada a margem para pagamento da regra básica, da parcela adicional e da PLR social, e representaria, para grande parte dos bancários, um ganho a mais de 20% em relação ao valor que receberam no dia 31 de março.

De acordo com o Dieese, observado o lucro recorrente, o empregado com remuneração de R\$ 2.748,00 receberia a mais de PLR R\$ 1.108,10. Já quem ganha R\$ 5 mil teria direito à diferença de R\$ 1.350,11. Para os trabalhadores com remuneração de R\$ 9.333,81, a diferença a receber seria de R\$ 1.815,84. Os representantes da Caixa se comprometeram a encaminhar o pleito à direção.

Governo Temer recua e mudará cinco pontos na reforma da Previdência

Após pressão dos trabalhadores e dos movimentos sociais e a crescente resistência, o governo Temer anunciou mudanças na PEC 287, a reforma da Previdência. O recuo seria em cinco pontos: a aposentadoria de trabalhadores rurais, os BPC (Benefícios de Prestação Continuada), as pensões, a aposentadoria de professores e policiais e as regras de transição para o novo regime previdenciário.

Segundo o relator da matéria na Câmara Federal, Arthur Maia (PPS-BA), a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres será mantida. Apesar das mudanças, a reforma da Previdência ainda é muito danosa e rejeitada pela população.

O governo quer beneficiar o grande capital e incentivar os planos de previdência privada, já que, pelas regras estabelecidas pela medida, será impossível que o trabalhador se aposente. Para receber o valor integral do benefício, o cidadão terá de contribuir com o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) por 49 anos.

Por lucrar com estresse de bancários, Santander é processado em R\$ 460 mi

O Ministério Público do Trabalho ajuizou ação civil pública contra o banco Santander pedindo uma indenização de R\$ 460 milhões por danos morais coletivos por adotar um modelo de organização do trabalho de seus empregados baseado na gestão por estresse e em assédios morais visando ao cumprimento de metas. Isso teria causado danos à saúde de trabalhadores, afastamentos teriam representado um prejuízo ao INSS da ordem de R\$ 90 milhões. O MPT também pediu à Justiça que o banco fique impedido de fazer negócios com o poder público por dez anos.

O MPT também já requisitou a instauração de inquérito pela Polícia Federal para apurar se diretores do banco e outros gestores seriam responsáveis por colocar a vida de empregados em risco e também por lesão corporal e constrangimento ilegal.

Segundo a ação civil pública, o banco adota metas excessivamente elevadas e as aumenta constantemente, aplica cobranças excessivas e sobrecarga de trabalho, mantém empregados sob ameaça constante de demissão pelo não cumprimento das metas e desconta da produtividade quando clientes realizam saques em aplicações financeiras. Esse modelo de cobrança por metas, segundo o MPT, tem levado a prejuízos também aos consumidores, que acabam sendo vítimas de vendas casadas "empurradas" ou outras práticas ilegais.

